



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CIVIL,
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL*

DATA: 06/04/2008

PONTO SORTEADO Nº 8

DIREITO CIVIL

01ª questão – valor: 35 pontos

Caio, maior capaz, é afilhado de batismo de Tício, que arcou com as suas despesas de educação. Tício, pretendendo a celebração de contrato de comodato de bem imóvel pertencente a Caio, elabora instrumento escrito referente ao negócio a ser celebrado e utiliza força física para levar Caio a assiná-lo. Pergunta-se: é inválido o negócio jurídico celebrado entre Caio e Tício? Justifique.

02ª questão – valor: 35 pontos

No assento de nascimento de João apenas constou, originalmente, o nome de sua mãe biológica, que não era casada com seu pai biológico. Posteriormente, João foi adotado por Sônia e moveu ação investigatória de paternidade em face de seu pai biológico. Pergunta-se: João tem direito ao reconhecimento do estado de filiação com relação ao pai biológico? Justifique.

03ª questão – valor: 30 pontos

Antônio, corretor de imóveis, contratado para intermediar a venda de um apartamento, agenda visita ao imóvel com Maria. Na data agendada, Antônio leva Maria em seu veículo. No trajeto, o veículo dirigido por Antônio colide na traseira de um caminhão, causando lesões na face de Maria. Pergunta-se: há algum tipo de responsabilidade por parte de Antônio em razão das lesões sofridas por Maria? Justifique.

BOA SORTE!



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CIVIL,
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL*

DATA: 06/04/2008

PONTO SORTEADO Nº 8

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01ª questão – valor: 50 pontos

Disserte sobre os limites de tutela específica das obrigações de fazer e não-fazer em face do Estado.

RESPOSTA JUSTIFICADA.

02ª questão – valor: 50 pontos

O Promotor de Justiça de Tutela Coletiva recebe notícia de que a Associação Nacional da Defesa Judicial dos Consumidores (ANADEJUCO) exige que consumidores sejam seus associados, mediante pagamento de mensalidades, para que possam ser atingidos pelo resultado de ação civil pública por ela proposta, perante o Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, em defesa de todos os usuários de cartão de crédito de instituição financeira de grande porte. Redija em nome do citado órgão de atuação a petição inicial da ação judicial adequada à hipótese.

BOA SORTE!



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CIVIL,
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL*

DATA: 06/04/2008

PONTO SORTEADO Nº 8

DIREITO EMPRESARIAL

01ª questão – valor: 40 pontos

Maria e João casam-se sob o regime de comunhão parcial em 2004. Em 2006, Maria constitui uma sociedade empresária por cotas de responsabilidade limitada com Carla para explorar um restaurante. Nesta sociedade, cada uma das sócias é titular de cotas representativas de 50% do capital social. Em 2007, Maria e João separam-se litigiosamente. Por ocasião da partilha dos bens, João, com base no art. 1.660, inciso I, do Código Civil indica tais cotas como passíveis de partilha, vindicando a metade das mesmas (25% do total do capital social) e seu conseqüente ingresso na sociedade. Não há outros bens do casal ou pessoais de cada um dos ex-cônjuges.

É viável o pleito de João? Qual a solução adequada para o caso?

RESPOSTA JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CIVIL,
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL*

DATA: 06/04/2008

PONTO SORTEADO Nº 8

DIREITO EMPRESARIAL

02ª questão – valor: 60 pontos

Decretada a falência da sociedade empresária de engenharia “K Ltda”, o administrador judicial arrecada o único bem da massa: um terreno na Barra da Tijuca de 500 m². O passivo da falida, após a homologação do quadro geral de credores, é composto de: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) de créditos trabalhistas e de acidente de trabalho; R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de crédito com garantia real, proveniente de hipoteca sobre o terreno arrecadado; R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), referentes a débitos de IPTU incidente sobre o referido terreno.

O terreno é levado a leilão sendo arrematado por R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Logo após o leilão, o Município do Rio de Janeiro, por petição ao juízo da falência, requer o levantamento do débito de IPTU do imóvel, alegando: que, no caso em epígrafe, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço obtido em hasta pública, de acordo com o art. 130, parágrafo único do CTN; que a cobrança do crédito tributário não está sujeita a concurso de credores, nem a habilitação de crédito; por fim, que no caso de indeferimento do pleito, além de prosseguir com a cobrança do débito contra o arrematante, levando o imóvel a novo leilão em sede de executivo fiscal, a carta de arrematação do imóvel não será registrada no RI competente em vista do débito de IPTU em aberto.

O candidato, na qualidade de Promotor de Massas Falidas, é chamado a opinar sobre a questão. Elabore parecer elucidativo, indicando ainda como deverá ser realizado o pagamento do passivo da falida. (dispensado o relatório).

BOA SORTE!